



## Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

# MANIFESTO EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

As entidades e parlamentares presentes ao Ato de Relançamento da **FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO**, em 23 de outubro de 2019, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, apresentam, por meio deste manifesto, sua mais veemente defesa do Serviço Público Brasileiro, vinculado às três Esferas de Governo, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como dos servidores que o fazem funcionar apesar de todas as dificuldades de cunho estrutural, organizacional, administrativa e política.

As dificuldades encontradas pelos servidores no exercício de suas atividades e pela população usuária na busca de seus serviços é fruto do descaso das autoridades, vinculadas à classe dominante, desde as mais básicas necessidades da população, em especial a parcela que mais necessita dos serviços do Estado. Para isso, governos promovem o desmonte de serviços, além de dificultar o acesso à população, ao mesmo tempo em que incentivam o crescimento de empresas privadas em diversas áreas, buscando exclusivamente o lucro, sem nenhuma preocupação com as necessidades da população, deixando boa parte desassistida. Esse descaso também é grande em áreas estratégicas para o país, como a segurança (nas cidades, no campo, nas estradas, ou nas fronteiras, onde atuam servidores de diversos órgãos conjuntamente, entre outros). Também destacamos a defesa do meio ambiente, a garantia de vida, das terras e da cultura de populações indígenas e tradicionais. São atingidos, ainda, pela política vigente e que merecem destaque são as áreas de controle e fiscalização, onde podemos citar a fiscalização do trabalho, responsável por garantir a aplicação da legislação trabalhista e o combate ao trabalho escravo; a auditoria fiscal agropecuária, garantindo a segurança alimentar na produção, importação e exportação de produtos de origem animal e vegetal; a Receita Federal, com a auditoria fiscal de empresas, além da aduana. Também são vítimas de ataques o desenvolvimento científico e tecnológico e pesquisa em todas as suas frentes de atuação. Não podemos deixar de mencionar áreas também estratégicas como a defensoria pública e o serviço exterior brasileiro. Também destacamos os servidores e os serviços prestados pelos Poderes Judiciário, nas esferas federal e estaduais, além dos servidores do Legislativo nas três esferas de governo.

O que presenciamos hoje, através de notícias veiculadas na imprensa e de declarações, é a intenção de implantação da política de desmonte do Estado promovida pelo atual governo federal, com a conivência, colaboração e apoio de diversos governos estaduais e municipais de avançar com mais força nesse processo, implantando em definitivo o chamado Estado mínimo, através da política ultraliberal de fechamento ou redução drástica de diversos serviços públicos, com graves consequências para os servidores e com para a sociedade como um todo.

Com o falso discurso de modernidade o governo federal apresenta propostas de reforma que atingirão servidores das três esferas, através de cortes e de limitações do exercício das atividades dos trabalhadores no serviço público. Entre outros pontos estão a flexibilização da contratação no serviço público, permitindo o ingresso que não por concurso público, a ampliação das contratações temporárias e de terceirizações. Também estão presentes o fim da estabilidade dos servidores públicos, juntamente com “novos” critérios de avaliação de desempenho permitindo a demissão por insuficiência de desempenho e facilitando a perseguição política; a fusão de carreiras e de atividades, não respeitando as especificidades de diversas atividades, cargos e carreiras é outra questão anunciada, além de dificultar o desenvolvimento dos servidores em suas carreiras. Outra questão mencionada é projeto de lei de greve para servidores, bem como um novo código de conduta, buscando limitar a organização sindical e a luta por direitos dos trabalhadores no serviço público, restringindo a atuação dos servidores em suas funções. Esses são alguns pontos destacados do anunciado até o momento.

Essas notícias e informações causam muita preocupação quanto ao futuro dos servidores e do serviço público, comprometendo o atendimento das necessidades da população, do desenvolvimento, da soberania e independência científica e tecnológica do país.

Temos clara a necessidade de atualização e modernização dos serviços públicos, mas com foco no desenvolvimento da Nação e no atendimento às necessidades da sociedade brasileira, com um corpo funcional bem preparado e organizado. Para isso, propomos um amplo debate sobre o serviço público brasileiro, suas necessidades e perspectivas. Por isso, consideramos de extrema importância e urgência a não apresentação dessas propostas pelo governo federal e, caso apresentadas, o total combate a elas e a unidade da sociedade brasileira em defesa do serviço e dos servidores públicos do nosso país.



## SERVIDOR PÚBLICO

### FIM DA CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS

(Câmara dos Deputados)  
PEC 555/2006, do então  
Deputado Carlos Mota (PSB/MG)

Revoga o dispositivo da Emenda Constitucional 41 (Reforma da Previdência), acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.

### APOSENTADORIA ESPECIAL PARA ATIVIDADES DE RISCO

(Câmara dos Deputados)  
PLP 330/2006, do então  
Deputado Mendes Ribeiro Filho  
(PMDB/RS)

Regulamenta o inciso II do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam atividades de risco.

PLP 472/2009 (Câmara)  
(PLP 555/2010), aposentadoria especial em atividade insalubre.

### ASSÉDIO MORAL COMO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(Câmara dos Deputados)  
PL 8178/2014, do então Senador  
Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Altera o art. 11 da Lei 8.429/1992, para caracterizar o assédio moral como ato de improbidade administrativa.

### MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

(Câmara dos Deputados)  
PL 3855/2019, de iniciativa popular

Estabelece medidas de combate à impunidade e à corrupção, alterando, entre outros dispositivos, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

### DEMISSÃO DE SERVIDORES POR INSUFICIÊNCIA DE

DESEMPENHO (Senado Federal)  
PLS 116/2017, da Senadora  
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

PLP 51/2019 (Câmara), demissão por insuficiência de desempenho.

PLP 248/1998 (Câmara), sobre a demissão por insuficiência de desempenho;

PEC 423/2018 (Câmara), medidas de contenção do gasto público, permitindo a redução da jornada de trabalho dos servidores com a redução remuneratória, bem como permite a demissão de servidor público estável, entre outros pontos.

PEC 438/2018 (Câmara), medidas de contenção do gasto público, permitindo a redução da jornada de trabalho dos servidores com a redução remuneratória, entre outros pontos.

PL 7843/2017 (Câmara), eficiência na administração pública

PLP 92/2007 (Câmara), regulamentação da área de atuação das fundações públicas.

PLS 347/2018 Complementar (Senado), regulamentação da área de atuação das fundações públicas.

PEC 210/2007 (Câmara), adicional por tempo de serviço.

PL 4797/2019 (Câmara), Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública.

### PERMISSÃO DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVOS

(Câmara dos Deputados)  
PEC 219/2012, da então  
Deputada Andreia Zito  
(PSDB/RJ)

Permite que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor.

### APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ PARA SERVIDORES

(Senado Federal)  
PEC 56/2014, da então  
Deputada Andreia Zito  
(PSDB/RJ)

Assegura proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente em todas as hipóteses e estabelece a revisão dos proventos de aposentadorias por invalidez já concedidas, com efeitos financeiros a partir da data da promulgação da Emenda Constitucional.

### ADICIONAL NOTURNO PARA SERVIDORES QUE RECEBEM SUBSÍDIOS

(Câmara dos Deputados)  
PEC 339/2009, do Deputado  
Vicentinho (PT/SP)

Assegura o direito ao adicional noturno aos policiais militares, bombeiros militares e aos integrantes dos órgãos de segurança pública.

Fonte:  
DIAP e  
DIEESE

# DE INTERESSE

## CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS

### PERMISSÃO DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVOS (Câmara dos Deputados) PEC 219/2012, da então Deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

Permite que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor.

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA (Senado Federal) PEC 6/2019, do Poder Executivo

Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias.

**PEC Paralela / Permissão aos Estados, Distrito Federal e Municípios** que adotem em seus regimes de previdência as mesmas regras aplicáveis ao regime da União

### PEC 133/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. (PEC Paralela da Reforma da Previdência)

### LEI GERAL DOS CONCURSOS PÚBLICOS

#### (Câmara dos Deputados) PL 252/2003, do então Senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)

Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

**PL 6788/2017 (Câmara)**, dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### REGULAMENTAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO (Câmara dos Deputados) PL 6726/2016, da Comissão Especial do Extrateto do Senado Federal

Regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal.

### PL 3123/2015, do Poder Executivo

Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos.

### SUSTAÇÃO DE DECRETO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Senado Federal)

#### PDS 136/2018, do então Senador Lindbergh Faria (PT/RJ)

Susta o Decreto nº 9.507/18, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

### CONTRATO DE DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Câmara dos Deputados)

#### PL 10.217/2018, do Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG)

Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado "contrato de desempenho", no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais.

### DATA-BASE DOS SERVIDORES PÚBLICOS (Senado Federal)

**PLS 228/2018, da (CDH)** Tipifica como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

**PEC 220/2016 (Câmara)**, revisão geral dos servidores públicos.

**PEC 229/2016 (Câmara)**, veda a retenção de pagamento dos servidores públicos.

**PEC 63/2016 (Senado)**, teto remuneratório de agentes públicos.

**PLP 504/2018 (Câmara)**, planos de revisão periódica de gastos públicos.

**PLS 362/2018 (Senado)**, nova forma de apuração da despesa com pessoal.

**PEC 147/2019 (PEC 281/2016) (Câmara)**, Limitação do recebimento de auxílios de qualquer natureza.



**FOI REAPRESENTADA DIA (15), A PEC 171/19, QUE TRATA DA REFORMA SINDICAL.**

**RESPONSABILIDADE  
COMPARTILHADA  
(Senado Federal)**

**PLP 64/2019, do Senador  
Oriovisto Guimarães  
(PODE/PR)**

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos, quando houver déficits primários, e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.

**TETO REMUNERATÓRIO DE  
CATEGORIAS INICIAIS  
(Senado Federal)**

**PLP 161/2019, do Senador  
Oriovisto Guimarães  
(PODE/PR)**

Estabelece o valor máximo da remuneração dos servidores públicos nas categorias iniciais de suas carreiras.

**DIVULGAÇÃO DE GASTOS INDENIZATÓRIOS  
(Câmara dos Deputados)**

**PL 5317/2009, do então Senador Expedito Júnior (PR/RO)**

Autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

**PEC 129/2019 (Câmara)**, veda a percepção de acréscimos, ainda que de forma indireta, por ato administrativo ou decisão judicial, sem expressa e direta previsão constitucional, por aqueles agentes públicos cuja remuneração ou subsídio mensal supere o valor de um quarto do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

**PL 10896/2018 (Câmara)**, percentuais mínimos de ocupação de cargos comissionados por servidores de carreira.

**PL 543/2019 (PL 5431/2016) (Câmara)**, exame toxicológico anual para servidores públicos.

**PL 544/2019 (Câmara)**, verificação de ponto por servidores públicos.

**PLP 103/2019 (Câmara)**, aposentadoria compulsória aos 70 anos no serviço público.

**PEC 159/2019 (Câmara)**, aposentadoria compulsória aos 70 anos no serviço público.

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

**REGULAMENTAÇÃO DO  
DIREITO DE GREVE DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS  
(Senado Federal)**

**PLS 375/2018, do Senador  
Dalirio Beber (PSDB/SC)**

Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, de que trata o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

**PL 4497/2001 (Câmara)**, regulamentação do direito de greve.

**REGULAMENTAÇÃO DE  
GREVE EM SERVIÇOS  
ESSENCIAIS**

**(Câmara dos Deputados)  
PL 401/1991, do então  
Deputado Paulo Paim  
(PT/RS)**

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º do art. 9º da CF.

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL,  
DIREITO DE  
REPRESENTAÇÃO E  
COMBATE À CORRUPÇÃO:**

**PEC 314/2004, do Deputado  
Ivan Valente (PT/SP)**

Altera a CF para dispor sobre a Organização Sindical.

**CONTRIBUIÇÃO SINDICAL  
POR BOLETO  
(Senado Federal)**

**PL 3814/2019, da Senadora  
Soraya Thronicke (PSL/MS)**

Altera a CLT, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei 8.112/90.

**PL 4026/2019, do Senador  
Arolde de Oliveira (PSD/RJ)**

Altera a CLT, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112.

**NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
(Senado Federal)**

**PL 711/2019, do Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)**

Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

**PDL 75/2019 (Câmara), susta o Decreto nº 9.735**, de 21 de março de 2019, que revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

**PL 4795/2019 (Câmara)**, negociação coletiva na administração pública.

**PL 4792/2019 (Câmara)**, negociação coletiva na administração pública.

**PL 5795/2016 (Câmara) (PL 6706/2009)**, licença classista remunerada;

**PL 4114/2019 (Câmara) (PL 6706/2009)**, medidas restritivas ao financiamento sindical

**PL 4903/2019 (Câmara) (PL 6706/2009)**, medidas restritivas ao financiamento sindical.